

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO DE FILOSOFIA E
CIÊNCIAS HUMANAS INSTITUTO DE ESTUDOS DE GÊNERO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EaD GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA**

MICHELE ROSSATO MUNIZ CARIOLATO

**TRABALHO E DEFICIÊNCIA: A TRAJETÓRIA DE PROFESSORA CEGA NA
REDE PÚBLICA DE ENSINO DE UM MUNICÍPIO NO VALE DO ITAJAÍ – SC**

FLORIANÓPOLIS

2016

MICHELE ROSSATO MUNIZ CARIOLATO

**TRABALHO E DEFICIÊNCIA: A TRAJETÓRIA DE PROFESSORA CEGA NA
REDE PÚBLICA DE ENSINO DE UM MUNICÍPIO NO VALE DO ITAJAÍ – SC**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola vinculado ao Instituto de Estudos de Gênero do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Apresentado como requisito final à obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (GDE)

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marivete Gesser

FLORIANÓPOLIS

2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Cariolato, Michele

Trabalho e Deficiência: A trajetória de uma professora cega na rede pública de ensino de um município no vale do Itajaí - SC / Michele Cariolato ; orientadora, Marivete Gesser - Florianópolis, SC, 2016.

33 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Curso de Gênero e Diversidade na Escola.

Inclui referências

1. Educação Especial. 3. Professor com Deficiência. 4. Direitos. 5. Barreiras Sociais. I. Gesser, Marivete. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Gênero e Diversidade na Escola. III. Título.

MICHELE ROSSATO MUNIZ CARIOLATO

TRABALHO E DEFICIÊNCIA: A TRAJETÓRIA DE PROFESSORA CEGA NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE UM MUNICÍPIO NO VALE DO ITAJAÍ – SC

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do título de Especialista em Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Aprovado em 10 de dezembro de 2016.

Coordenação do Curso:



Olga Regina Zigelli Garcia

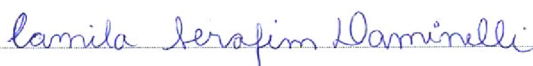
Banca Examinadora:



Marivete Gesser



Fernanda Cardozo



Camila Serafim Damielli

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial meu marido e filha, pelo apoio incondicional e por me lembrarem constantemente das coisas que realmente importam.

À minha orientadora, Marivete Gesser, por seus conselhos quando pensei em desistir, achando que essa era a melhor escolha. Além disso, agradeço também por suas sugestões e correções, no curto espaço de tempo que tivemos para a construção deste trabalho de conclusão.

Aos colegas desta edição do GDE, cada um de vocês fará parte do que sou agora. Sempre lembrarei de nossos encontros com carinho e saudosismo.

Às professoras, professores, tutoras presenciais e à distância que nos proporcionaram uma nova forma de discutir a relevância da temática Gênero e Diversidade na Escola, saibam que vocês deixaram sua marca em nossas vidas. Obrigada!

Helen, deixo aqui um agradecimento especial a ti, sem suas contribuições, nada disso seria possível.

Registro aqui um agradecimento especial pelo financiamento dado ao Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina (GDE/UFSC) através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) gerido pela SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação) na gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2015), sem o qual seria impossível a operacionalização de um curso de dois anos de duração em cinco cidades de diversas regiões do estado de Santa Catarina. Agradecemos, sobretudo, os investimentos que durante os últimos 13 anos possibilitaram a expansão de políticas públicas de combate a fome, ao racismo, sexismo, lesbofobia, homofobia, transfobia e ao capacitismo. Infelizmente, a conjuntura política no último ano quase impossibilitou a conclusão desta 3ª edição do GDE, sobretudo depois da extinção da SECADI, que foi criada em 2004 e que possibilitou a realização de centenas de cursos com temáticas que versavam sobre diferenças, desigualdades e direitos humanos em todo o Brasil. Uma política de governo que infelizmente não se concretizou em uma política de Estado, ao contrário, vem sendo extinguida e criminalizada por diversos setores conservadores na sociedade. Que essa especialização seja lembrada como um espaço de resistência e de luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

RESUMO

Para a promoção de processos educativos inclusivos a todos os sujeitos da educação é muito importante realizar o mapeamento das barreiras que obstaculizam o acesso, permanência e a participação social em igualdade de condições às pessoas sem deficiência. Nesse processo, ouvir as pessoas que vivenciam a deficiência é de grande relevância, pois o que pode ser uma barreira para determinada pessoa, pode não ser para outra. Essa pesquisa teve como objetivo identificar as barreiras sociais experienciadas ao longo de sua trajetória profissional por uma professora com deficiência visual que atua na rede pública de ensino de um município de Santa Catarina. Para tanto, foi realizado um estudo de caso. As informações foram obtidas por meio de entrevista semiestruturada e avaliadas por meio da estratégia de análise de conteúdo temático. Espero que este trabalho de conclusão sirva de exemplo para outras regiões, esclarecendo dúvidas sobre a temática da deficiência, o que contribuirá para a ampliação das discussões em torno dos direitos das pessoas com deficiência, dando o suporte necessário ao avanço das políticas públicas, realizando a inclusão de pessoas não pela compreensão de que são dignas de pena ou caridade, mas por uma questão de direitos humanos, ampliando o olhar que se tem sobre o público em questão.

Palavras-chave: *Professor com Deficiência. Direitos. Barreiras Sociais.*

ABSTRACT

To promote inclusive educational processes to all education subjects, it is very important to realize the barriers mapping that block the access, permanence and social participation on equality conditions to disability people. In this process, listening to people who experience disability is of great relevance, because what may be a barrier to one person may not be for another. This research aimed to identify the social barriers experienced during the course of her professional career by a visually impaired teacher who works in the municipality public school system of Santa Catarina State. Therefore, it was realized a study about this case. The information was obtained through a semi-structured interview and evaluated by thematic content analysis strategy. I hope this conclusion will serve as an example for other regions, clarifying doubts about the disability issue, which will contribute to the broader discussion on the rights of people with disabilities, providing the necessary support for the advancement of public policies, realizing the inclusion of people not by the understanding that they are worthy of pity or charity, but by a human rights issue, broadening the view one has about the public in question.

Key words: Teacher with Disabilities. Rights. Social Barriers.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	HIPÓTESE DE ESTUDO.....	12
3	REVISÃO DE LITERATURA.....	13
4	MÉTODO (OU PROCEDIMENTO METODOLÓGICO).....	15
	4.1 – Tipo de estudo	
	4.2 – Cenário do Estudo	
	4.3 – Participantes do Estudo	
	4.4 – Coleta dos dados	
	4.5 – Análise dos dados	
	4.6 – Aspectos Éticos	
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	17
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
7	REFERÊNCIA	29
8	APÊNDICES.....	31
9	ANEXOS.....	33

1 INTRODUÇÃO

Vivemos, desde o início dos tempos, em uma sociedade que nos categoriza, por meio da criação de estereótipos, sendo que estes podem estar relacionados ao nosso gênero, a nossa sexualidade, idade, religião e outros marcadores sociais das diferenças, como a condição de deficiência. No que se refere a esta última, no Brasil, segundo informações obtidas no último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011) no ano 2010, cerca de 45 milhões de brasileiros possuíam algum tipo de deficiência, o que representava 23,9% do total da população.

Pode-se observar em nossa sociedade, que aqueles que não se enquadravam nesse perfil pré-definido socialmente, eram considerados anormais, deixados à margem, mostrando “uma evidente disputa com os valores hegemônicos que localizam e conferem direitos apenas a uma parcela da humanidade.” (BENTO, 2011, p. 559). No modelo médico, por exemplo, “deficiência é consequência natural da lesão de um corpo, e a pessoa deficiente deve ser objeto de cuidados biomédicos.” (DINIZ, 2010, p. 15). Isso quer dizer que toda pessoa que não se encaixa em um perfil social estabelecido previamente, necessita de correção, medicalização. Essa compreensão baseada no modelo médico, ao se limitar a explicar a deficiência como um desvio da norma, deixa de enfatizar as barreiras que obstaculizam a participação das pessoas com deficiência na sociedade.

Desse modo, pessoas com deficiência eram, dentro do conceito estético citado por Diniz (2007, p. 8), “anormalidades” que só poderiam conviver com pessoas “normais”, isto é, sem deficiência, caso se adaptassem às regras socialmente estabelecidas para que esse convívio fosse possível. Assim, a autora rompe com um paradigma ao afirmar que:

O corpo com deficiência somente se delineia quando contrastado com uma representação de o que seria o corpo sem deficiência. Ao contrário do que se imagina, não há como descrever um corpo com deficiência como anormal. A anormalidade é um julgamento estético e, portanto, um valor moral sobre os estilos de vida.

Nesse sentido, com a crítica ao modelo médico da deficiência, essa categoria deixa de ser significada como “a falta de” (DINIZ, 2007, p.9) e passa a ser entendida como um “conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente”. (GESSER, NUERNBERG e TONELI, 2012; GESSER e NUERNBERG, 2014).

Ainda hoje podemos observar pessoas com deficiência deixadas à margem, em muitos aspectos, sejam eles econômico, social, político ou religioso. Neste breve resumo não tenho a intenção de abranger os detalhes, apenas destacar a vivência excludente que faz parte da história das pessoas que têm deficiência, dentro da história do mundo.

Entretanto, embora ainda persistam concepções caritativas/assistências e biomédicas sobre deficiência (LANA JUNIOR, 2010), as políticas de educação, pelo menos no papel, tornaram-se mais humanizadas, cobrando a inclusão social de tais pessoas. Dentro dessa nova perspectiva, a partir dos anos 1970, este público já vinha exigindo a igualdade de direitos à educação, ao trabalho, a serem vistos mais como pessoas e menos como deficientes, ansiando por mais protagonismo, maior autonomia e menos assistencialismo na luta pela cidadania (LANA JUNIOR, 2010, p. 39) e, conseqüentemente, ganhando espaço em discussões de cunho social e político. Essas iniciativas se fortaleceram mais depois que a ONU proclamou 1981 como sendo o Ano Internacional das Pessoas Deficientes - AIPD (LANA JÚNIOR, 2010, p.35).

Tais ações permearam a trajetória das pessoas com deficiência ou, dentro de uma abordagem mais crítica e de identidade, da pessoa com deficiência (DINIZ, 2007); inicialmente em instituições que detinham sua tutela, pois esse público era erroneamente considerado incapaz, recebendo cuidados a partir de uma perspectiva biomédica, ou melhor, de que “habitar um corpo com impedimentos físicos, intelectuais ou sensoriais é uma das muitas formas de estar no mundo”. (DINIZ, BARBOSA e SANTOS, 2010, p. 97). Hoje ainda engatinhamos na direção da conquista e garantia de direitos, entretanto já vemos mais profissionais com alguma deficiência inseridos no ensino regular e saindo das universidades aptos a exercerem seu ofício.

Em relação a garantir o direito ao trabalho, a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, no artigo 27, é clara: “Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência ao trabalho, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas”. (BRASIL, 2008) Nesse sentido, a Convenção da ONU apresenta o conceito de pessoas com deficiência o qual foca não nas lesões e impedimentos, mas na interação deles com as barreiras sociais que obstaculizam a participação social, conforme é abaixo explicitado:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Destarte, é importante salientar que tal conceito considera a deficiência um “impedimento de longo prazo”, sem designificar tais lesões e impedimentos, concilia-se com

o modelo social, indo à luta pelo fim de tais barreiras, e coloca a pessoa com essa condição como atuante diante das adversidades que dificultam sua participação plena em sociedade.

Os estudos recentes anseiam por discutir mais sobre essa perspectiva, mostrando que, pessoas com deficiência, são antes de qualquer coisa, pessoas. O modelo social da deficiência ainda é pouco difundido em nosso país. Ele propõe mudar a visão de incapacidade criada em cima das pessoas com deficiência, no qual barreiras intelectuais, mentais, dentre outras, as impedem de atuar dentro dos padrões pré-estabelecidos de normalidade. Dessa forma, Gesser, Nuernberg e Toneli (2012, p. 559) afirmam que

essa perspectiva propõe o rompimento de concepções sobre a deficiência que reduzem a compreensão do fenômeno às lesões e aos impedimentos do corpo e objetiva uma virada conceitual ao incorporar questões sociais e políticas em sua análise.

Assim, vale salientar que o objetivo principal do modelo social é abandonar a visão médica, tirando o foco das lesões, dos impedimentos que tal público enfrenta, dando luz às barreiras sociais que obstaculizam seu processo de inclusão.

Tendo como premissa uma abordagem social da deficiência, e colocando-me como espectadora, autora e ouvinte na produção e divulgação dos conhecimentos apreendidos, apresento-lhes uma inquietação particular como objetivo geral para o início deste trabalho, que é investigar o processo de inserção de uma professora com deficiência na rede municipal de ensino de um município de Santa Catarina, com um foco nas barreiras sociais que podem obstaculizar esse processo. Para qualificar este estudo, realizei entrevista semiestruturada e conversas por e-mail, com uma professora com deficiência inserida da rede pública de ensino, em um município do Vale do Itajaí – SC. Dentre os objetivos específicos pontuados, estão a necessidade de caracterizar as possíveis barreiras que uma pessoa com deficiência encontra ao se inserir na rede pública municipal de ensino. Outra questão está em identificar, a partir do conhecimento da entrevistada, seu entendimento das políticas públicas para o incentivo de pessoas com deficiência que atuam na rede de ensino e, por fim, identificar como uma professora com deficiência avalia a experiência de trabalho na rede pública de educação de um município de Santa Catarina.

Para que conheçam um pouco mais acerca da personagem deste estudo, apresento-lhes a professora Helen, nome fantasia escolhido por nossa entrevistada. Descrições físicas sobre ela não são necessárias. Nosso objetivo é entender sobre quem ela é, como se

compartilhássemos pensamentos e percepções. Uma das perguntas que lhe fiz, era como ela se via, enquanto pessoa. Assim Helen me respondeu:

Me percebo como uma pessoa produtiva, dedicada e muito capaz. Claro que, por vezes, as barreiras e as dificuldades, especialmente as de caráter social, me atingem, porém sou muito determinada e não me deixo esmorecer por uma “ignorância” do grupo/sociedade em que estou inserida. Busco sempre mais, encontrar novos desafios, tanto na atuação profissional quanto nas áreas de estudo.

Para entender mais sobre as percepções de Helen, perguntei quais eram seus sentimentos com relação aos obstáculos que enfrenta. Ela afirmou acreditar que tudo faz parte do processo evolutivo da sociedade, e exemplificou:

há quinhentos anos atrás, se não menos, as pessoas com deficiência ainda eram assassinadas, porque não serviam de nada para a sociedade. Não que eu queira justificar a falta de acessibilidade e de promoção de igualdade de condições, porém percebo compreensível, ainda, a ausência dessa promoção. São poucas as pessoas com deficiência que estão nas ruas e especialmente, no mercado de trabalho. Quiçá com ensino superior concluído, pós-graduação e funcionário público, então, tais pessoas ainda necessitam “brigar”, e muito, por seu local, por ter vez e voz, por ter credibilidade perante os demais profissionais, sem ter a deficiência como principal evidência de sua personalidade e de seu profissionalismo. É claro que isto não exime o poder público das suas competências e nem justifica nenhuma falta de discriminação ou negligência frente uma pessoa com deficiência, mas justifica que a inclusão e a aceitação das diferenças ainda não está intrinsecamente internalizado na personalidade humana. Ainda não faz parte integral do ser humano, ainda é algo que precisa ser regulamentada e cobrada. Todavia, quando há promoção de acessibilidade e igualdade de condições para todas as pessoas se tornar algo naturalizado, não precisaremos mais falar em inclusão, porque não haverá um grupo menor (excluído) que deverá permanecer ao grupo maior (ditos normais).

2 HIPÓTESE DE ESTUDO

Parto do pressuposto de que as barreiras sociais vivenciadas no dia a dia de uma professora com deficiência obstaculizam o seu processo de inserção no mercado de trabalho. Também tenho como premissa que o modelo social da deficiência, o qual focaliza as barreiras ao invés das lesões e impedimentos, tem uma contribuição para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência, amparando as políticas públicas, realizando a inclusão de pessoas

não pela deficiência, caridade, ou abatimento dos impostos, mas por uma questão de princípios, de direitos, ampliando o olhar que se tem sobre o público em questão.

3 REVISÃO DE LITERATURA

As pessoas com deficiência sempre estiveram à margem da sociedade. Historicamente vistas como fora de um padrão estabelecido como sendo socialmente aceitável, incapazes de reger sua vida, por não conseguir amarrar o próprio sapato, ou não saber escovar os dentes, foram tratadas com desprezo nessa “caminhada evolutiva” da natureza humana.

Dessa forma, observa-se que a humanidade progrediu significativamente, no sentido de permitir – finalmente! – o convívio com tamanha diversidade de pessoas, de gente que também têm suas preocupações, que no fundo são muito parecidas com as nossas. Não significa que tais mudanças estejam adequadas àquilo que esperamos e almejamos. Ainda precisamos quebrar com muitos paradigmas. Um bom exemplo a se observar, ainda hoje é ouvir outros profissionais da educação exporem opiniões nas quais incapacitam e limitam as possibilidades para alunos com deficiência. Tal atitude mostra que a expectativa era a do fracasso, a de ter absoluta certeza que isso iria acontecer e, quando não acontece, vem a surpresa.

Percebe-se que o nosso avanço ainda traz marcas significativas do que poderia ser uma cultura de depreciação com aquele que tem deficiência, ou como afirma ELIZABETH (2014), em seu texto “Capacitismo é crime de ódio”:

Capacitismo é uma série de práticas e comportamentos (tanto conscientes quanto inconscientes) contra pessoas que possuem algum tipo de deficiência. As pessoas que praticam capacitismo têm uma tendência de achar que a “não-deficiência” é o normal e que pessoas que tem deficiências têm que se virar para se encaixar na norma ou se afastar das pessoas que não têm nenhuma deficiência...

É, nesse sentido, que o “crime de ódio” se transforma em uma cultura de depreciação, onde extremistas e defensores da normalidade externam atitudes e opiniões nas quais se incapacitam a pessoa com deficiência de maneira a obstaculizar sua inclusão social e profissional. A reprodução desses pensamentos e discursos provém da visão criada pelo modelo médico da deficiência. O principal foco deste modelo estava em reabilitar a pessoa deficiente. Ainda hoje, observamos as consequências da perpetuação desse modelo e os conceitos que ele difunde, gerando barreiras contra o processo emancipatório de inclusão deste grupo. Esse modelo se caracteriza pela atuação restrita de profissionais de “um campo estritamente

biomédico, confinado aos saberes médicos, psicológicos e de reabilitação” (DINIZ, 2007, p. 9) que se propaga nos dias atuais.

Já o modelo social da deficiência entende que corpos deficientes são oprimidos diante de uma estrutura e organização social vigente, considerando que a “deficiência é um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente.” (DINIZ, 2007, p. 9). Dentro dessa “estrutura social”, se estima que deficientes são objeto de desigualdade; originalmente, o modelo social da deficiência considerava que pessoas deficientes – ou corpos com impedimentos – não deveriam ser explorados pelo regime capitalista (DINIZ, BARBOSA E SANTOS, p. 105), mas isso não significa também que tais impedimentos devam ser uma expressão de isolamento. Para que tais desigualdades diminuam, existem políticas públicas para a inserção de pessoas com deficiência nas escolas, no mercado de trabalho, contudo, vale ressaltar que também é de suma importância acreditar que atitudes constroem e fortalecem o movimento de inclusão. Este trabalho de conclusão se propõe a dar um sentido para a concretização dos direitos do público-alvo, discorrendo acerca de tais políticas para isso.

As instituições públicas de ensino garantem o acesso de estudantes com deficiência ao cotidiano escolar. Considerando a relevância da Educação Inclusiva, se possibilita o convívio de todas as pessoas, sejam elas crianças ou professoras/es com e sem deficiência, o que incentiva uma transformação em direção a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Em relação aos benefícios da inserção no mercado de trabalho, pessoas com deficiência são vistas muitas vezes como exemplos de superação, como bons e dedicados trabalhadores, lição essa que deve ser apreendida e reproduzida pelos funcionários sem deficiência (VASCONCELOS, 2010). Captando apenas os benefícios de ser um trabalhador, observa-se a conquista da autonomia, da garantia aos direitos e necessidades básicas, valorizam-se suas experiências, sendo elas pessoais ou profissionais e isso sem considerar a melhora da autoestima da pessoa deficiente. Além desses benefícios, destaca-se que esse processo impulsiona uma transformação social, em direção à melhoria e criação de políticas públicas adequadas para o profissional com deficiência. (HAMMES & NUERNBERG, 2015)

4 MÉTODO (OU PROCEDIMENTO METODOLÓGICO)

4.1 TIPO DE ESTUDO

Esse estudo se caracteriza como uma pesquisa de natureza qualitativa. Neste tipo de estudo, a ênfase é para a qualidade das informações e não para o número da amostra. Considero-me atuante dentro do processo educativo de crianças e jovens. Nesse sentido, senti o ímpeto de compreender como é a experiência de uma professora com deficiência na Rede Pública de Ensino, em uma cidade do estado de Santa Catarina. Com esse questionamento surgiu a possibilidade de realizar uma pesquisa qualitativa tendo esta temática como pano de fundo para a realização de meu TCC. Através de entrevista semiestruturada, pretendo destacar quais as barreiras e os facilitadores presentes no processo de inserção de um profissional com este perfil – o de pessoa com deficiência – na Rede, de modo a destacar os impedimentos sociais para concretizar tal ação.

Para contextualizar adequadamente este estudo de caso com a realidade no Vale do Itajaí, pretendo me utilizar de seu relato para destacar sua trajetória, considerando a percepção que tem da deficiência, formação acadêmica e o início da atuação no mercado de trabalho. Gostaria de fazer um link entre os direitos das pessoas com deficiência e as contribuições do modelo social da deficiência para que ocorresse seu acesso profissional.

A partir das percepções da entrevistada, vou discorrer sobre as dificuldades e barreiras que ela observa, tanto em sua atuação profissional, quanto em questões de acessibilidade. Também falarei aqui brevemente sobre seus conhecimentos em relação às políticas públicas que amparam o acesso de pessoas com deficiência em seu município de atuação. Ainda nesse contexto, discorrerei sobre os facilitadores utilizados por ela, desde sua trajetória acadêmica até seu dia a dia no trabalho. Para tanto, farei uso de fundamentação teórica para a produção de novos questionamentos. A entrevista será transcrita e anexada.

4.2 CENÁRIO DO ESTUDO

Este estudo foi realizado em um município do Vale do Itajaí, SC. Escolhi realizar a pesquisa na região em que resido e na qual tive a oportunidade de iniciar minha carreira na área da Educação Especial.

4.3 PARTICIPANTES DO ESTUDO

Participou deste estudo uma professora com cegueira que atua como professora na rede pública de ensino em um município do Vale do Itajaí – SC. Helen tem 26 anos, é branca. Sua formação foi em Pedagogia. Ela fez duas especializações, uma em Educação Especial com ênfase em Deficiência Visual e outra em Alfabetização e Letramento. Seu vínculo empregatício sempre foi como ACT – Admitido em Caráter Temporário, no qual atua desde 2010.

4.4 COLETA DOS DADOS

A coleta de dados foi realizada no mês de novembro de 2016. Quanto ao instrumento, foi realizada uma entrevista semiestruturada e conversas por e-mail, com um roteiro previamente construído. Esta foi gravada e transcrita com o consentimento da participante. Segundo Minayo (1994) a entrevista semiestruturada, de modo focalizado, é um roteiro de tópicos relativos ao problema que está se estudando e o entrevistador tem a liberdade de fazer perguntas que achar necessário, não obedecendo a rigor uma estrutura formal. Esse procedimento é de grande valia pelo fato de possibilitar a compreensão e o aprofundamento das questões que emergem da fala do sujeito, bem como o quanto as experiências que este teve nas relações sociais contribuíram no seu processo de constituição.

4.5 ANÁLISE DOS DADOS

Por se tratar de uma entrevista, pretendo utilizá-la como ferramenta para a análise de conteúdos com base na técnica de análise de conteúdo temático do tipo categorial pautado em Bardin (2000). Quanto aos procedimentos utilizados na análise, primeiramente realizou-se a transcrição detalhada das falas. Em seguida, foi realizada a leitura flutuante do material, buscando-se identificar os elementos de conteúdo a serem submetidos posteriormente à classificação por categorias. Por fim, esses conteúdos foram agrupados em categorias de análise.

4.6 ASPECTOS ÉTICOS

Em consonância com a Resolução 466/2012, ressalto que esta pesquisa foi

realizada com seres humanos no Brasil. Sendo assim, fica esclarecido que as informações aqui detalhadas serão utilizadas apenas com o intuito de divulgar, de que forma se dá a inserção de professores/as com deficiência em um município do Vale do Itajaí, SC. Foi utilizado também o uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual a participante foi informada que as informações por ela prestadas seriam utilizadas somente para fins acadêmicos e que sua identidade seria resguardada.

Com relação aos benefícios da pesquisa, ela poderá contribuir para que ocorra um incentivo maior para a atuação de profissionais com deficiência, proporcionando a elaboração de políticas públicas adequadas ao incentivo e inserção no mercado de trabalho.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo tem o objetivo de divulgar dados relevantes da professora entrevistada, relacionados à sua vida escolar, acadêmica e profissional. Para que nos aproximemos o máximo possível dela, foi-lhe dada a opção de criar um nome fictício, escolhido pela própria entrevistada. Vamos chama-la de Helen, em homenagem a Helen Keller – feminista atuante até metade do século passado, na luta pelos direitos das pessoas com deficiência.

A Helen de nossa pesquisa tem 26 anos e trabalha na rede pública de ensino em um município de Santa Catarina desde 2010. Sua atuação profissional foi inicialmente no SAEDE (Serviço de Atendimento Educacional Especializado) em uma escola estadual, na qual permaneceu por dois anos. Posteriormente, ela ingressou como ACT em um Centro Educacional Especializado da rede municipal de ensino, onde realiza adaptações táteis e em Braille para as mais variadas disciplinas que compõe o currículo de crianças e adolescentes em idade escolar.

A partir da análise realizada, foram identificados dois eixos analíticos. O primeiro se refere às barreiras experienciadas pela professora ao longo de sua trajetória escolar e profissional. O segundo se refere aos facilitadores que contribuíram para que ela pudesse se formar e hoje ser professora na Educação Básica.

Barreiras vivenciadas por pessoas com deficiência: uma experiência marcada pela opressão e exclusão social

Neste tópico serão apresentadas as principais barreiras vivenciadas por Helen ao longo de sua história, principalmente as relacionadas ao contexto escolar e as que vivencia na sua

atuação profissional cotidiana. De acordo com a CIF - Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (2004),

Barreiras são factores ambientais que, através da sua ausência ou presença, limitam a funcionalidade e provocam incapacidade. Estes factores incluem aspectos como um ambiente físico inacessível, falta de tecnologia de assistência apropriada, atitudes negativas das pessoas em relação à incapacidade, bem como serviços, sistemas e políticas inexistentes ou que dificultam o envolvimento de todas as pessoas com uma condição de saúde em todas as áreas da vida. (p. 188)

O processo de inclusão de estudantes com deficiência apresenta barreiras significativas. Nas escolas, com frequência observamos aquilo que mais se destaca: barreiras arquitetônicas – falta de: rampas, banheiros adaptados, comunicação alternativa, placas em Braille; além destas, barreiras metodológicas/pedagógicas interferem diretamente no processo de ensino-aprendizagem, lembrando constantemente a este público que ele é esquecido por aqueles que deveriam ensinar-lhe: seus mestres. Ainda nesse contexto, presenciamos barreiras atitudinais onde, comportamentos que demonstram ora preconceito, ora empatia, colegas e professores podem facilitar ou não sua trajetória inclusiva, fazendo oscilar a autoestima do educando.

Desse modo, corroboro com Matos (2012, p. 218) ao dizer que:

(...) há a necessidade da participação coletiva e de cada um com sua singularidade, como integrantes de uma coletividade, na luta contra processos de exclusões, camuflados em ações paternalistas e assistencialistas que, tentando abolir a exclusão, acabam por perpetuá-la.

Deixar de considerar as especificidades de cada estudante é uma atitude que desqualifica o processo de inclusão e faz a balança pender para o lado da exclusão. Essa situação afeta qualquer educando que não se encaixe no perfil idealizado do “bom aluno”. Considerar os estudantes como indivíduos atuantes dentro do processo educacional mostra o respeito e a igualdade que cada um de nós necessita em um ambiente de aprendizagem coletiva.

Nesse sentido, Gomes e Barbosa (2006, p. 97) em seu estudo sobre as atitudes dos professores no processo de inclusão de alunos Portadores de Paralisia Cerebral – PPC fazem uma afirmação que se qualifica a qualquer público que frequente a escola regular:

Enquanto os docentes não assumirem o papel de educar a todo e qualquer aluno, modificando e redirecionando sua prática profissional para ações mais igualitárias, isto é, não se posicionarem efetivamente como responsáveis pelo ato de educar (...), o professor terá, (...), um obstáculo, e não um estímulo para

aproveitar todas as oportunidades de formação permanente, buscando melhorar dia a dia a escolha e o desenvolvimento de estratégias e metodologias de ensino-aprendizagem.

Dessa forma, será possível tornarmos o ambiente escolar mais acessível, rompendo com as barreiras que impedem a construção de uma sociedade mais igualitária, justa e inclusiva. No que se refere a trajetória escolar, uma das principais barreiras destacadas por Helen foi a metodológica/pedagógica, sustentando que falta planejamento aos professores, ao afirmar:

... quando eles iam trabalhar com materiais que não fosse o livro didático, porque o livro didático já estava todo adaptado, por exemplo, uma prova, um texto, eles esqueciam de trazer ampliado ou então mesmo depois que eu perdi a visão, de trazer em Braille.

Conforme apontado por Nuernberg e Gesser (2016), existem muitas barreiras que podem estar presentes nos diversos contextos de ensino, sendo que essas podem ser tanto arquitetônicas, atitudinais, comunicacionais/informacionais e pedagógicas/metodológicas. O depoimento acima evidencia principalmente a presença de barreiras atitudinais e pedagógicas/metodológicas, uma vez que destaca a negação/não consideração da condição de deficiência bem como a não implementação de estratégias voltadas ao atendimento de sua necessidade educacional. É claro que, se pensarmos na noção de interdependência citada por Mello e Nuernberg (2012, p. 198), sabemos que ela se aplica tanto a pessoas com deficiência, como sem deficiência. Ela faz parte da condição humana, é um direito fundamental para a manutenção da vida e conquista da dignidade, bem como da autonomia, especialmente em relação à pessoa com deficiência.

Assim, determinamos a precariedade do ato de viver, não nos damos conta que reconhecer essa prática ou atitude de vida interdependente é recíproca. Somos dependentes de alguma forma, durante toda a nossa vida. Ao nascermos, dependemos dos cuidados de nossas mães e pais para o pleno desenvolvimento; em fase escolar, dependemos de nossas professoras e professores para a aquisição do conhecimento; para conseguirmos o diploma na faculdade, para receber cuidados médicos, enfim, são várias as situações que exemplificam a interdependência.

Ao nos aprofundarmos mais nesse conceito, é possível observar que, como Butler (2015) afirma, estamos “enquadrados”, isto é, nos colocamos dentro de molduras, de acordo com a percepção e o conhecimento que temos das coisas. Ainda nesse contexto, a vida como conhecemos é vista de diversas formas pelas mais variadas pessoas, cada qual com a sua

moldura e, ainda assim, dentro dessa perspectiva, podemos mudar a forma como vemos e reconhecemos esses modos diferentes de viver, sendo necessário rever nossas opiniões e nos colocarmos em constante transformação, enquanto seres humanos que somos, “...questionar a moldura significa mostrar que ela nunca conteve de fato a cena a que se propunha ilustrar, que já havia algo de fora, que tornava o próprio sentido de dentro possível, reconhecível.” (BUTLER, 2015, p. 24).

Partindo deste entendimento, percebemos a falta de preparo dos professores em sua formação inicial e continuada. Isto relaciona-se à dificuldade em desenvolver um olhar mais apurado diante das diversas molduras com que se deparam no dia a dia das salas de aula, não enxergando as necessidades dos/as alunos/as com deficiência e, indo além, percebendo o quão estreita é a correlação de dependência. A realidade do descaso não é exclusiva da época em que Helen estava em fase escolar. Contudo, para dar suporte legal aos dias atuais, de uma sociedade mais inclusiva, as Diretrizes Curriculares Municipais que regem a rede de ensino na qual a participante deste estudo atua profissionalmente, afirmam que a “formação na área da Educação Inclusiva deve ser estendida a todos os profissionais da educação, enfatizando a colaboração e a cooperação entre os envolvidos na inclusão dos alunos.” (BLUMENAU, 2012, p.50).

Outra situação semelhante apresentada durante a entrevista foi em relação às aulas de Educação Física: “... *me lembro de ter muita dificuldade na inserção nas aulas de Educação Física, de não participar efetivamente das atividades, por falta de preparo dos professores.*”. Esse depoimento evidencia o quanto precisamos avançar na construção de processos educacionais inclusivos que garantam a acessibilidade de todas as pessoas com deficiência. Dentro desse aspecto, Morgado et al. (2013, p.380) explicam que “professores de Educação Física que não acreditam no potencial de seus alunos com cegueira para participar de brincadeiras que envolvem atividade física podem atuar como obstáculos para que estes usufruam das atividades propostas em aula”. Ao enquadrarmos deficiência como vinculada à falta, impossibilidade e desvio, impedimos que as pessoas que vivenciam essa condição possam participar, em igualdade de condições, de todas as experiências oferecidas pela escola e demais espaços sociais, conforme prevê a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2008).

Preparar uma aula pensando na presença diária de um estudante com deficiência é uma rotina à qual o/a professor/a não está habituado/a até hoje. Na rede em que trabalho, há professoras de apoio pedagógico auxiliando na flexibilização curricular, bem como na inclusão do estudante com deficiência no contexto escolar. No entanto, a realidade é que o repasse dos conteúdos curriculares fica quase exclusivamente a cargo desta profissional, visto que o/a

professor/a de referência cria barreiras atitudinais, se eximindo da responsabilidade pela falta de preparo, por suas concepções, fatores históricos ou culturais. (BLUMENAU, 2012, p. 53). Essa organização na qual o professor de educação especial se torna o professor somente do estudante com deficiência e em que não há planejamento conjunto com o professor regente, presente ainda hoje no contexto escolar, acaba produzindo como efeito um processo de segregação, no qual se cria uma turma especial dentro de uma classe comum. Entretanto, as dificuldades ultrapassadas não impediram Helen de, ainda aos quinze anos, pensar no magistério como opção profissional. Foi uma de suas professoras quem plantou a semente:

ainda tinha baixa-visão, e aí eu fui instigada por uma professora até da sala de recursos mesmo, a fazer o magistério. Ela me incentivou a fazer, até por conta da, como na época eu tinha baixa-visão, mas já tinha deficiência visual, então meio que foi realmente um pensamento assim, 'ah, nessa área você consegue atuar profissionalmente de uma forma tranquila'. E depois eu perdi a visão, continuei com a vontade de fazer magistério e fui fazer, mas ainda com essa coisa de 'ah, tô fazendo pra ter uma profissão'. Só que conforme eu fui estudando o magistério, depois eu já fiz Pedagogia, graduação em Pedagogia, eu fui percebendo realmente que eu gosto disso e hoje eu sou realizada na área da Educação. Acho que foi o empurrão que eu recebi de uma professora, mas foi um empurrão pro caminho certo, eu não me vejo frustrada na profissão que eu escolhi.

A possibilidade de atuar profissionalmente na Educação estimulou Helen para que ela se tornasse referência em seu local de trabalho e na rede municipal, dentro campo da deficiência visual. Sendo uma referência, isso a aproxima mais de outros profissionais que têm alunos com esta deficiência em suas escolas, permitindo e reforçando as orientações dadas a eles, para que estas crianças não enfrentem as mesmas barreiras já relatadas por ela. Entretanto, a realidade da dificuldade de acesso seguiu Helen também em sua vida acadêmica. Apesar da facilidade para acessar às novas tecnologias, ela apontou uma constante, a qual é explicitada no depoimento abaixo:

Na formação acadêmica, a minha principal barreira foi acesso às leituras. (...) quando a gente partia pra fazer leitura de livros, de material em fotocópia muito extensos, aí eu tinha dificuldade, porque nos primeiros anos, quem se responsabilizou em tornar esse material acessível, foi a gente, eu e a minha família. A minha mãe tinha que ditar pra mim todo o conteúdo e eu escrevia no notebook.

Essa prática, na qual é a pessoa que tem que se adaptar ao contexto e não ao contrário, remete, segundo Diniz (2007), ao modelo médico da deficiência. Vale destacar que, neste

modelo, a deficiência é entendida como uma questão médica que deve ser foco de reabilitação ao invés de ser considerada como uma questão de direitos humanos.

Foi então que Helen e sua família passaram a exigir o acesso ao material didático como sendo um direito garantido em lei, qualificando positivamente sua formação acadêmica. Ainda no início da graduação, ela foi indicada para trabalhar no SAEDE – Serviço de Atendimento Educacional Especializado. Por se tratar de uma oportunidade única de aprendizado e aquisição de experiência, aceitou. Apesar dessa indicação inicial, nos anos seguintes, participou dos processos seletivos, tanto no âmbito estadual quanto municipal, para que pudesse continuar a trabalhar, até o momento, como ACT – Admitido em Caráter Temporário.

Em relação aos Direitos da Pessoa com Deficiência, ela destaca a dificuldade de inserção nos Processos Seletivos:

Não teve um processo seletivo que eu não tive algum entrave. Em todos os processos seletivos que eu já passei, sempre tive que brigar por alguma coisa, lutar por alguma coisa, que entrar com recurso, porque, por exemplo, não passei na Junta Médica, por ter deficiência, ou então, a vaga não existe... nunca tá redondinho, sempre precisa lutar pelos direitos de alguma forma, e isso é um pouco cansativo, porque já são cinco anos que eu tô nesse espaço.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi um grande facilitador circunscrito no âmbito da garantia de direitos. Em seu artigo 27, inciso ‘a’ defende e fomenta o direito ao trabalho de modo a:

Proibir a discriminação baseada na deficiência com respeito a todas as questões relacionadas com as formas de emprego, inclusive condições de recrutamento, contratação e admissão, permanência no emprego, ascensão profissional e condições seguras e salubres de trabalho; (2012, p. 54).

Como é possível que uma equipe médica tenha indeferido seu acesso dentro do processo seletivo, é uma questão que parece não ter sentido. No entanto, não ficou claro na fala da entrevistada se a vaga a ser preenchida era ou não pelo sistema de cotas, o fato é que houve “controvérsia na definição por parte de legisladores, médicos e gestores” (VASCONCELOS, 2010, p. 48) mesmo não sendo uma dúvida a respeito de ser ou não deficiente e sim sobre sua capacidade. A discriminação sofrida pela entrevistada fica aparente a seguir:

O ano mesmo que a Junta Médica indeferiu a minha participação, foi pra mim, a pior das situações. Porque eu já estava, não foi o primeiro ano, já

trabalhava na rede, expliquei toda a movimentação, toda minha função, e mesmo assim, uma equipe de dez profissionais, uma equipe multiprofissional, indeferiu a minha capacidade de atuação profissional.

A partir da perspectiva da pessoa com deficiência, Rios (2010, p. 85) afirma que, não importa qual seja o público que sofre discriminação, ele tem o direito à antidiscriminação previsto através da “proteção jurídica”, seja essa discriminação direta (intencional) ou indireta (não intencional). Dessa forma, por meio de um recurso, ficou garantido seu ingresso na rede.

Outra barreira destacada pela professora está na organização para as formações de professores:

... o que eu mais enfrento é a acessibilidade nos movimentos maiores, tipo em reuniões, ter os materiais acessíveis, receber com antecedência, ou ter em Braille, pessoas que se preocupem em fazer áudio-descrição se tá passando um vídeo, ou então, na formação da rede, que é todo mundo, esse olhar atento pra inclusão do profissional com deficiência visual também e a própria acessibilidade do site, conseguir frequentar o portal RH, as outras funções que a gente consegue fazer online lá no site da prefeitura. Hoje, o que eu vejo, a minha maior dificuldade está na falta de acessibilidade nessas questões.

Deixar de facilitar o acesso da pessoa com deficiência à qualquer tipo de informação se enquadra na ausência de “adaptação razoável”, segundo Rios (2010, p. 89). Ainda, segundo o autor,

trata-se de medidas que implicam modificações necessárias e ajustes razoáveis objetivando assegurar às pessoas com deficiência o exercício de seus direitos humanos e fundamentais em pé de igualdade com os demais. Pode-se afirmar, portanto, que o dever de prover adaptação razoável integra o conteúdo do direito humano e fundamental de igualdade, entendido como mandamento proibitivo de discriminação por motivo de deficiência.

Dentre os estudos acerca do processo de inserção no mercado de trabalho que se tornam barreiras obstaculizadoras para a inclusão de pessoas com deficiência, observa-se o destaque à falta de acessibilidade:

Nenhuma outra questão, entretanto, é mais mencionada que a acessibilidade, enquanto elemento essencial que fortalece a desigualdade de oportunidades. (...) O direito à acessibilidade, em verdade, não torna uma sociedade verdadeiramente acessível à todos, mas minimiza as iniquidades existentes para as pessoas com deficiência, permitindo-lhes oportunidades até então inexistentes, abrindo espaços de autonomia e conquista de outros “direitos inacessíveis”. (VASCONCELOS, 2010, p. 50).

Seguindo esta linha de pensamento, é importante salientar que a acessibilidade facilita enormemente a vida das pessoas com deficiência. Não tenho a intenção de reduzi-las apenas aos itens arquitetônicos, por isso, faço uma correlação com as experiências da entrevistada, destacando o acesso à informação, às formações de professores organizadas pela rede municipal, seus ingressos ao portal RH, dentre outros, e que, se houvesse um olhar voltado para igualdade de condições, nivelaria o acesso para profissionais com e sem deficiência.

Outra questão relevante são as barreiras atitudinais, que podem fomentar a expectativa de que “se uma pessoa com deficiência tem boa produtividade no trabalho, termina cumprindo sua função simbólica do “bom trabalhador”. (...) essas pessoas são exemplos para os demais por conta de seu esforço de superação.” (VASCONCELOS, 2010, p. 48).

Usar a pessoa com deficiência como exemplo e superação é uma forma de disciplinar os demais funcionários, de acordo com Vasconcelos (2010, p. 41). Essa situação pode resultar em dificuldades no relacionamento entre colegas de trabalho, potencializando ações e comportamentos preconceituosos e, conseqüentemente, maximizando a condição da deficiência. Nesse sentido, “qualquer política de inclusão de pessoas com deficiência tem que levar em conta que é na sociedade que se encontra a incapacidade maior de lidar com as diferenças”. (Vasconcelos, 2010, p. 50).

Segundo o autor mencionado acima, algumas situações de exclusão dentro da inclusão ficaram claras em seu estudo. Destarte, faz-se necessário considerar a forma como mediamos a inserção do profissional com deficiência, para que não criemos mais barreiras, excluindo-o, ao invés de incluí-lo.

Neste tópico, apresentamos as principais barreiras enfrentadas pela entrevistada, relacionando-as com o conhecimento produzido sobre esse assunto. No tópico seguinte, abordaremos os facilitadores, os quais possibilitaram que ela pudesse estudar e que auxiliam em seu cotidiano como professora.

Facilitadores

De acordo com o documento da CIF - Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF, 2004), facilitadores são fatores ambientais que, por meio da sua ausência ou presença em determinado contexto, contribuem para a melhora da funcionalidade e redução da incapacidade de uma pessoa. Estes fatores podem incluir tanto aspectos como um ambiente físico acessível, disponibilidade de tecnologia de assistência apropriada, atitudes positivas das pessoas em relação à incapacidade, como também serviços, sistemas e políticas

que visam aumentar a participação de todas as pessoas em um contexto bem como melhorar suas condições de saúde em todas as áreas da vida. A ausência de um fator como estigma ou de atitudes negativas também pode ser um facilitador. O documento aponta que os facilitadores podem impedir que uma deficiência ou limitação da atividade seja transformada em uma restrição de participação, já que contribuem para a melhoria do desempenho de uma ação, apesar do problema da pessoa relacionado com a capacidade.

Ao longo de sua trajetória escolar e profissional, Helen teve muitos facilitadores que permitiram o acesso, desde um simples deslocamento pela cidade, até à formação acadêmica e a possibilidade de atuar profissionalmente. Como espectadora da vida de Helen, visto que já a conheço há alguns anos, pude observar que ela sempre contou com o apoio da família, amigos e do noivo, que a incentivaram desde cedo a se deslocar pela cidade lhe proporcionando autonomia para ir e vir, utilizando ônibus, bengala e, mais recentemente, um cão guia conquistado através do Centro de Treinamento de Cães-guia, no Instituto Federal Catarinense de Balneário Camboriú – SC. Seu anjo de quatro patas sempre a acompanha, eles treinaram juntos para que se estabelecesse um vínculo, inicialmente de confiança entre ambos, permitindo que uma relação de afeto se estabelecesse, na qual seu simpático peludo a ame e seja seus olhos nos trajetos que fazem juntos. Em seu ambiente de trabalho, ela destaca como facilitadores de acesso o uso das seguintes tecnologias:

... computador com leitor de telas, tem a máquina Braille, o que precisar pra escrita e leitura, tem a impressora Braille pro que precisar imprimir, pra eu também ter acesso, e de recursos da estrutura física mesmo, só o que se tem é o painel Braille no elevador.

Observa-se a falta de preparo do ambiente para receber a pessoa cega, pois se outra pessoa cega visitasse este ambiente, precisaria de ajuda para se movimentar dentro do local que é estranho a ela. Nesta situação, Helen fez o reconhecimento tátil do ambiente de trabalho para que pudesse circular livremente por ele. Sempre que há uma alteração física nas salas, ou até mesmo da mobília, ela é informada.

Apesar das barreiras enfrentadas em seu cotidiano profissional, Helen se cerca de todos os recursos disponíveis, que servem como facilitadores para seu trabalho: “... eu utilizo mais o computador com leitor de telas.” (...) “Mas por exemplo, vai ser a entrega de uma mensagem, que é algo mais curto, daí eu prefiro em Braille, porque a leitura é mais imediata, mais dinâmica, porque eu sou super a favor do Braille.”

Quando mais dúvidas surgiram e houve a necessidade de conversarmos por e-mail, perguntei a Helen sobre as estratégias profissionais que ela utilizou para alcançar seus objetivos. Ela respondeu-me espontaneamente:

as mesmas que uma pessoa justa e digna utiliza, os estudos e a qualificação. Sempre me dediquei muito aos estudos e busco constantemente me aperfeiçoar através de cursos de formação continuada. Então, acredito que ao ter um bom desempenho, destaque e as oportunidades surgem naturalmente. Esta é uma das leis do universo, recebes o que dás.

Através de suas palavras, percebo a existência de algo que não fica registrado, mas que apreendemos, ao longo de nossas trajetórias. Sem esforço e dedicação, não se vence obstáculos. Esses obstáculos são diferentes para cada um de nós. Quando perguntei a ela se percebia as barreiras vivenciadas como sendo relacionadas mais a gênero ou deficiência, Helen afirmou que devido ao grande número de mulheres na Educação, é latente que se relacionam mais a este último.

Como ativista e militante, Helen tem um bom conhecimento acerca de seus direitos enquanto pessoa com deficiência:

... o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que é um organismo que tá contribuindo bastante pra todas essas questões, então eles nos representam. (...) foi lançada a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (...) o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que é a Lei Brasileira de Inclusão (...) a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva...

Ao perguntar-lhe sobre suas vitórias, se alguma delas estava relacionada ao COMPED – Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência, Helen é categórica ao afirmar:

A primeira vitória de todas, no campo social e de militância, foi a própria articulação e conquista de implantação do COMPED. Após, só tivemos ganhos e ampliação das discussões relacionadas à efetivação dos direitos das pessoas com deficiência em nosso município. Infelizmente, por questões legais, não posso participar enquanto conselheira, mas busco sempre acompanhar as matérias discutidas nas plenárias. E, também, por vezes contribuo, enviando alguma solicitação ou denúncia. A conquista mais recente, e que me deixou particularmente muito feliz, foi a implementação oficial da áudio-descrição nas seções ordinárias da Câmara de Vereadores, tornando essa ação pública e social acessível a todos os cidadãos, visto que já se disponibiliza a

interpretação em LIBRAS. E, desejo que venham muitas e muitas mais conquistas por aí, e que eu possa fazer parte delas!

Ter compreensão de seus direitos possibilita a Helen garantir sua inclusão dentro do espaço em que atua. O direito ao trabalho, à possibilidade de se tornar um indivíduo autônomo, independente dentro da relação de interdependência, ainda não é a forma ideal para que seus direitos sejam atendidos, visto que ela sempre precisou recorrer legalmente para garanti-los. A maior questão de todas, permanece sem resposta: que inclusão é essa que só alcançamos através dos meios legais, onde não se tem perspectiva da garantia de igualdade? Essa é uma reflexão importante a ser feita. A realidade é que não basta a elaboração de políticas públicas adequadas, se não conseguimos mudar a forma como cada um de nós enxerga e se comporta em relação à moldura do outro.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tenho a satisfação de constatar que alcancei os objetivos propostos, pois através deste estudo foi possível investigar o processo de inserção de uma professora com deficiência na rede municipal de ensino de um município de Santa Catarina, focando nas barreiras sociais que obstaculizam esse processo. Não tenho aqui a intenção de generalizar tal processo, afirmando que acontece desta forma com todas as pessoas com deficiência, esta foi a trajetória vivenciada por Helen, nossa entrevistada. Através das perguntas, caracterizaram-se os principais desafios encarados em seu dia a dia, bem como foi possível observar seu conhecimento acerca das políticas públicas que a amparam legalmente. Ademais, percebe-se o quanto o processo de inserção de profissionais com deficiência está engatinhando, ou seja, estamos em busca de um consenso de igualdade entre todos, porém muitas vezes o que há é um desencontro de opiniões e procedimentos que excluem a pessoa com deficiência, ao invés de incluí-la.

Quero registrar aqui também que existem mais barreiras que facilitadores obstaculizando a inclusão do grupo em questão. Barreiras arquitetônicas, atitudinais, pedagógicas/metodológicas mascaram o que de fato acontece, sendo mais fácil deixar a criança ou adulto com deficiência de lado, ao invés de perceber suas necessidades e levá-lo a se inserir de fato, de um modo mais justo e igualitário. Falta-nos quebrar com certos conceitos engessados, isto é, com certas “molduras” (BUTLER, 2015), e enxergar pessoas como pessoas, sem nos importarmos com sua condição ou identidade.

Nesse sentido, espero que este estudo ajude a perceber quais são as prioridades para os profissionais com deficiência, bem como clarificar suas dificuldades em relação ao dia a dia no trabalho, melhorar as condições de acessibilidade e fazer com que outros profissionais deixem de associar deficiência com incapacidade.

Espero também que este trabalho auxilie na adequação de políticas públicas voltadas para uma maior eficácia na inclusão de pessoas com deficiência, seja qual for seu espaço de atuação profissional. Por fim, penso que este estudo auxiliará os profissionais – sem deficiência –, no sentido de enxergar o público em questão para além de sua condição.

7 REFERÊNCIA

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2000.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, maio – agosto, 2011.

BLUMENAU, Secretaria Municipal de Educação. Diretrizes Curriculares para Educação Básica, vol. 2, [Blumenau], 2012.

BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos. História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. Brasília, 2010.

BRASIL, Secretaria de Direitos Humanos. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília, 2012.

BUTLER, Judith. Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto? Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CIF. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - Organização Mundial da Saúde. Portugal, 2004.

DINIZ, Débora; BARBOSA, Livia. Direitos Humanos e as pessoas com deficiência no Brasil. Disponível em: https://ead2.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/99531/mod_resource/content/1/dinizbarbosa_direitoshumanos_deficiencia.pdf Acesso em: 06 de Julho de 2016.

DINIZ, Débora. O que é deficiência? Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2007.

ELIZABETH, Rita. Capacitismo é crime de ódio. Disponível em: <http://ouseja.jor.br/capacitismo-e-crime-de-odio/> Acesso em: 04 de Julho de 2016.

GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano; TONELI, Maria Juraci. A contribuição do modelo social da Deficiência à Psicologia Social. Psicologia & Sociedade. Florianópolis, 2012.

GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano. Psicologia, Sexualidade e Deficiência: Novas Perspectivas em Direitos Humanos. Psicologia: Ciência e Profissão, 2014.

GOMES, Cláudia; BARBOSA, Altemir José Gonçalves. Inclusão Escolar do Portador de Paralisia Cerebral: Atitudes de Professores do Ensino Fundamental. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, jan – abr, 2006.

HAMMES, Isabel Cristina; NUERNBERG, Adriano Henrique. A Inclusão de Pessoas com Deficiência no Contexto do Trabalho em Florianópolis: Relato de Experiência no Sistema Nacional de Emprego. Psicologia: Ciência e Profissão, [S.l.], 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2011). Censo Demográfico: Resultados Preliminares da Amostra. Disponível em

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares_amostra/default_resultados_preliminares_amostra.shtm Acesso em 26 de Novembro de 2016.

LANNA JÚNIOR, M. História do movimento político das pessoas com deficiência no Brasil. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Secretaria de Direitos Humanos. Brasília, 2010.

MATOS, Sandra Maria Nascimento de. Inclusão/exclusão escolar e afetividade: repensando o fracasso escolar de crianças de classes populares. Educar em Revista, Curitiba: Editora UFPR, 2012.

MELLO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e Deficiência. Intersecções e Perspectivas. Especialização EaD em gênero e diversidade na escola : Livro V, Módulo V e VI / Miriam Pillar Grossi [et al.]. - - Tubarão: Ed. Copiart, 2015.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo- Rio de Janeiro, HUCITEC- ABRASCO, 1994.

MORGADO, Fabiane Frota da Rocha et al. Facilitadores e Barreiras Percebidos por Pessoas com Cegueira Congênita para a Prática de Atividade Física. V.19. Revista Brasileira de Educação Especial. Marília, 2013. Disponível em: www.scielo.org Acesso em: 13 de Novembro de 2016.

NUERNBERG, A. H. & GESSER, M. Barreiras Atitudinais no Contexto da Inclusão Escolar de Estudantes com Deficiência In: *Geografia e inclusão escolar: teoria e práticas*. (pp.13-28). Florianópolis: Edições do Bosque CFH/UFSC, 2016.

RIOS, Roger Raupp. Direito da Antidiscriminação e Discriminação por Deficiência. [S.l.], 2010.

SILVA, Luciene. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. Revista Brasileira de Educação, [S.l.], 2006.

VASCONCELOS, Fernando. O trabalhador com deficiência e as práticas de inclusão no mercado de trabalho em Salvador, Bahia. São Paulo, 2010.

_____. Helen Keller. Disponível em: www.ethelrosenfeld.com.br/personalidades4-helenkeller.htm Acesso em: 28 de fevereiro de 2017.

8 APÊNDICE A: Termo de consentimento livre e esclarecido

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado(a) TRABALHO E DEFICIÊNCIA: A TRAJETÓRIA DE PROFESSORA CEGA NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE UM MUNICÍPIO NO VALE DO ITAJAÍ – SC desenvolvida pelo Instituto de Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada por Marivete Gesser, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail marivete@yahoo.com.br

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é investigar de que forma se dá a inserção de professoras/es com deficiência na rede pública de ensino em um município do Estado de Santa Catarina, com um foco nas barreiras sociais que podem obstaculizar esse processo.

Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semi-estruturada, a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo(a) pesquisador(a) e/ou seu(s) orientador(es) / coordenador(es).

Estou ciente de que, caso eu tenha dúvida ou me sinta prejudicado(a), poderei contatar o(a) pesquisador(a) responsável [ou seus orientadores], ou ainda o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC, situado na Rua Campus Reitor João David Ferreira Lima, s/n – Trindade, Florianópolis – SC. CEP: 88040- 900 Telefone: (48) 3721-9000

O(a) pesquisador(a) principal do estudo me ofertou uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Fui ainda informado(a) de que posso me retirar desse(a) estudo a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Blumenau, 1º de Novembro de 2016.

Assinatura do(a) participante: _____

APÊNDICE B: Roteiro de entrevista

Nome/ Idade:

Formação:

Tempo que atua na área:

Tempo que atua na escola:

Vínculo de trabalho (se ACT ou Concursada):

1. Quais as principais barreiras (dificuldades) que você vivenciou durante a educação básica (ensino fundamental e médio)?
2. Quais as principais barreiras (dificuldades) que você vivenciou durante a formação acadêmica?
3. Em que momento de sua vida você percebeu que queria ser professora?
4. Como foi o seu processo de inserção no mercado de trabalho? (Investigar se foi durante a graduação ou após o seu término e, caso depois do seu término, quanto tempo levou para isso e porque ela decidiu se inserir antes/após o término da graduação).
5. Quais as principais dificuldades que você enfrenta cotidianamente no seu trabalho como professora da Rede Municipal?
6. Quais os recursos voltados ao acesso à informação que você prefere utilizar no seu dia a dia?
7. Quais os facilitadores que têm na escola em que você trabalha para pessoas cegas? (investigar se tem piso tátil, informações em Braille e demais recursos voltados à inclusão de pessoas cegas).
8. Quais as dificuldades que você encontra no que se refere aos direitos das pessoas com deficiência para atuar na rede municipal deste município?
9. Existe, no município em que você atua profissionalmente, alguma política voltada à inclusão de profissionais com deficiência?
10. Você conhece a legislação voltada à garantia dos direitos das pessoas com deficiência? Quais os documentos, resoluções e leis que você conhece?

10 Anexo A: Transcrição da Entrevista

M: Vamos começar a entrevista, então, falando teu nome e a tua idade.

H: Meu nome é Helen Keller e eu tenho 26 anos.

M: Tua formação, Helen?

H: Sou formada em Pedagogia, tenho uma especialização em Educação Especial com ênfase na Deficiência Visual e uma segunda especialização em Alfabetização e Letramento.

M: Há quanto tempo tu atua na área?

H: Na área de Atendimento Educacional Especializado eu atuo desde 2010, então eu fiquei 2010 e 2011 na Rede Estadual e aqui na Rede Municipal eu estou desde 2012.

M: Tempo que tu atua em escola? Chegou a atuar em escola?

H: Durante a época que eu estava na rede estadual, 2010 e 2011, eu atuei dentro da Escola Pedro II.

M: Qual é o teu vínculo de trabalho, tu é ACT ou tu é concursada?

H: ACT. Sempre fui ACT.

M: Vamos começar a entrevista em si, então. Quais as barreiras que tu vivenciou durante a Educação Básica, no Ensino Fundamental e Ensino Médio?

H: Como eu freqüentei, eu enquanto aluna, freqüentei a sala de recurso desde os 3 anos de idade, então eu sempre tive um acompanhamento bem presente no meu ensino. Na época, até 15 anos eu tinha baixa visão, então eu tinha todo o suporte do material ampliado, e dos recursos ópticos cedidos pela Fundação Catarinense de Educação Especial. O que eu me recordo, de maiores entraves, é realmente a falta do planejamento dos professores, quando eles iam trabalhar com materiais que não fosse o livro didático, porque o livro didático já estava todo adaptado, por exemplo, uma prova, um texto, eles esqueciam de trazer ampliado ou então mesmo depois que eu perdi a visão, de trazer em Braille. Então, sempre se arrumava a estratégia mais fácil, que era fazer em dupla, porque daí o colega era o suporte. Então o aluno que ‘tava’ na mesma condição que eu se tornava o recurso naquele momento, porque o professor não tinha se planejado e não trouxe o material adaptado. E eu também me lembro de ter muita dificuldade na inserção nas aulas de Educação Física, de não participar efetivamente das atividades, por falta de preparo dos professores.

M: Quais as principais barreiras que tu vivenciou durante a formação acadêmica?

H: Na formação acadêmica, a minha principal barreira foi acesso às leituras. É interessante que os professores até traziam as provas, porque na faculdade eu já utilizava pen drive, o computador, então eles traziam as provas no pen drive, essas atividades assim, eles até traziam, mas daí quando a gente partia pra fazer leitura de livros, de material em fotocópia muito extensos, aí eu tinha dificuldade, porque nos primeiros anos, quem se responsabilizou em tornar esse material acessível, foi a gente, eu e a minha família. A minha mãe tinha que ditar pra mim todo o conteúdo e eu escrevia no notebook. Aí, depois do quinto semestre pra frente a gente conseguiu reivindicar e ter uma bolsista que fizesse esse material. Posso dizer que qualificou muito a minha participação na faculdade e eu realmente só sentia falta de fazer as leituras complementares, mas daí eu passei a ter acesso a todo o material que era cobrado em sala.

M: Em que momento da tua vida tu percebeu que queria ser professora?

H: Eu ainda era adolescente, eu tinha 15 anos, ainda tinha baixa-visão, e aí eu fui instigada por uma professora até da sala de recursos mesmo, a fazer o magistério. Ela me incentivou a fazer, até por conta da, como na época eu tinha baixa-visão, mas já tinha deficiência visual, então meio que foi realmente um pensamento assim, ‘ah, nessa área você consegue atuar profissionalmente de uma forma tranquila’. E depois eu perdi a visão, continuei com a vontade de fazer magistério e fui fazer, mas ainda com essa coisa de ‘ah, tô fazendo pra ter uma profissão’. Só que conforme eu fui estudando o magistério, depois eu já fiz Pedagogia, graduação em Pedagogia, eu fui percebendo realmente que eu gosto disso e hoje eu sou realizada na área da Educação. Acho que foi o empurrão que eu recebi de uma professora, mas foi um empurrão pro caminho certo, eu não me vejo frustrada na profissão que eu escolhi.

M: Como foi o processo de inserção no mercado de trabalho?

H: Foi através de indicação. Eu consegui realmente trabalhar, o meu primeiro emprego de registro foi na rede estadual, eu fui professora lá do SAEDE, que é o Serviço de Atendimento Educacional Especializado da rede estadual. Então, por lá, como eu já tinha a formação mínima necessária pra entrar, uma das professoras do SAEDE, que foi minha professora enquanto eu era aluna, fez a indicação na SEMED, na SEMED não, desculpa, na GERED e aí, de lá eu recebi toda a orientação pros trâmites legais, pra entrar como as outras pessoas, apresentando a documentação e tudo.

M: E isso já foi na tua graduação?

H: Isso foi no primeiro ano de faculdade. Mas daí eu já era formada no Magistério, então eu tinha a habilitação mínima pra começar a trabalhar. E aí, depois disso, eu sempre fazendo os processos seletivos, igual a todo mundo. Fazendo os processos, tendo que passar na prova, apresentar a documentação pra entrar.

M: Por quê que tu te decidiu a entrar no mercado de trabalho antes de terminar a graduação?

H: Eu realmente entrei antes de finalizar, tanto que era o primeiro ano de faculdade, pela oportunidade que surgiu. Então surgiu a oportunidade de trabalho, como era a área que eu gostava muito, que era o SAEDE, onde eu fui aluna e me sentia muito à vontade em trabalhar lá, porque eu já tinha os conhecimentos enquanto aluna e tava aperfeiçoando os conhecimentos enquanto professora, eu realmente me arrisquei e foi uma das melhores coisas que eu fiz, porque eu adquiri muita experiência, foi muito bom pra mim. E até uma coisa importante é a credibilidade que as pessoas deram, me chamar pra trabalhar lá, e também os próprios pais, sempre fui muito bem recebida.

M: Quais as principais dificuldades que você enfrenta cotidianamente no seu trabalho como professora da Rede?

H: Eu acho que, na minha função específica, o que eu mais enfrento é a acessibilidade nos movimentos maiores, tipo em reuniões, ter os materiais acessíveis, receber com antecedência, ou ter em Braille, pessoas que se preocupem em fazer áudio-descrição se tá passando um vídeo, ou então, na formação da rede, que é todo mundo, esse olhar atento pra inclusão do profissional com deficiência visual também e a própria acessibilidade do site, conseguir frequentar o portal RH, as outras funções que a gente consegue fazer online lá no site da prefeitura. Hoje, o que eu vejo, a minha maior dificuldade está na falta de acessibilidade nessas questões. Porque dentro aqui, do meu setor específico, até do ambiente que eu trabalho, é supertranquilo.

M: Quais os recursos voltados ao acesso à informação que você prefere utilizar no dia a dia?

H: No meu dia a dia, enquanto profissional, eu utilizo mais o computador com leitor de telas. Então vamos supor que, numa reunião pedagógica, vai se trabalhar o estudo do PPP, então eu prefiro receber esse PPP online, por e-mail, pra poder ler ele pelo computador, do que ele ser todo impresso em Braille. Mas por exemplo, vai ser a entrega de uma mensagem, que é algo mais curto, daí eu prefiro em Braille, porque a leitura é mais imediata, mais dinâmica, porque eu sou super a favor do Braille.

M: Quais os facilitadores que têm na escola em que você trabalha para pessoas cegas? Assim, por exemplo: piso tátil, informações em Braille, recursos voltados à inclusão de pessoas cegas...

H: A gente tem os recursos: computador com leitor de telas, tem a máquina Braille, o que precisar pra escrita e leitura, tem a impressora Braille pro que precisar imprimir, pra eu também ter acesso, e de recursos da estrutura física mesmo, só o que se tem é o painel Braille no elevador.

M: Quais as dificuldades que você encontra no que se refere aos direitos das pessoas com deficiência para atuar na rede municipal deste município?

H: Os processos seletivos. Não teve um processo seletivo que eu não tive algum entrave. Em todos os processos seletivos que eu já passei, sempre tive que brigar por alguma coisa, lutar por alguma coisa, que entrar com recurso, porque, por exemplo, não passei na Junta Médica, por ter deficiência, ou então, a vaga não existe... nunca tá redondinho, sempre precisa lutar pelos direitos de alguma forma, e isso é um pouco cansativo, porque já são 5 anos que eu tô nesse espaço. E não só eu, tanto um olhar pra potencialidade de virem outros professores com deficiência visual. O ano mesmo que a Junta Médica indeferiu a minha participação, foi pra mim, a pior das situações. Porque eu já estava, não foi o primeiro ano, já trabalhava na rede, expliquei toda a movimentação, toda minha função, e mesmo assim, uma equipe de 10 profissionais, uma equipe multiprofissional, indeferiu a minha capacidade de atuação profissional.

M: Isso tem uns dois anos, não tem?

H: Exatamente.

M: Eu lembro. Existe, no município em que você atua profissionalmente, alguma política voltada à inclusão de profissionais com deficiência? Que tu saiba?

H: De profissionais com deficiência, especificamente, não tenho conhecimento. Mas a gente tem agora o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que é um organismo que tá contribuindo bastante pra todas essas questões, então eles nos representam. O Conselho nos representa tanto enquanto pessoa da sociedade civil, quanto servidor público, que ele é paritário, quer dizer que ele é metade civil e metade governamental. Então o COMPED, que é o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência ele é paritário, então ele representa igualmente tanto a sociedade civil através das instituições não-governamentais,

quanto o poder público através das instituições governamentais, no caso a SEMED, que é por onde eu trabalho, a Secretaria de Educação, tem uma cadeira nesse Conselho. Então, desde que o Conselho foi criado, efetivamente tá trabalhando, um pouquinho mais de um ano, referente a questões de processo seletivo, eu ainda não tive nenhum problema. Mas, caso venha a acontecer, eu vou utilizar esse mecanismo de intervenção.

M: Uma garantia pra ti.

H: Exatamente.

M: Você conhece a legislação voltada à garantia dos direitos das pessoas com deficiência?

H: Sim. A gente tem de respaldo de 2006, que foi lançada a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, que o Brasil ratificou em 2009, então já tem aí 8 anos e essa Convenção, no nosso país, ela tem uma força de Emenda Constitucional, ela é a lei soberana. Tudo o que tá escrito lá, não existe qualquer lei municipal ou estadual que possa sobrepor, porque ela é a lei maior. E recentemente, do ano passado, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que é a Lei Brasileira de Inclusão, que também veio trazendo muitos ganhos, reforçando muitos direitos e trazendo dispositivos que falam não só da promoção de direitos, mas sim da efetivação desses direitos, que uma coisa é você dizer que tá garantido, agora, como se fazer? Por exemplo, da áudio-descrição, ah, é garantido que se tenha áudio-descrição, por exemplo, na TV aberta e aí a LBI, que é a Lei Brasileira de Inclusão veio dizer o quê tem que se fazer pra ter inclusão, pra realmente efetivar esse direito, o que tem que fazer pra ter áudio-descrição, até quando tem que se ter, já potencializa mais.

M: Bom, tu falou um pouquinho, mas a pergunta tem uma sequência, quais os documentos, resoluções e leis que você conhece. São essas?

H: Sim, são essas. Exatamente. E na minha área específica, que a gente segue a Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, que daí é o que a gente trabalha.

M: É isso, Helen, não sei se tem mais alguma coisa que tu gostaria de acrescentar? São 10 perguntinhas, só...

H: Só que eu acho importante enfatizar que hoje em dia, eu percebo que as pessoas com deficiência, elas migram muito mais pro serviço público, do que pras indústrias, pro mercado privativo, justamente por se ter mais abertura pra entrar. As empresas ainda são muito

reticentes, o que elas ofertam é mais questão de produção, cargos que não exijam formação, e as pessoas com deficiência que tem essa formação, então elas migram mesmo é pro serviço público. E aí eu acho importante reforçar que se veja esse profissional como um profissional merecedor de estar ali. Ele passou num concurso não só porque tem cota, mas ele estudou, ele passou, seja num processo seletivo, passou porque ele tem conhecimento.

M: Obrigada pela tua atenção, pela contribuição.

H: De nada!

ANEXO B: ESCLARECENDO DÚVIDAS POR E-MAIL

M: Como você encara tuas percepções e sentimentos com relação aos obstáculos (profissionais e processos seletivos) que encontra?

H: Eu acredito que tudo faz parte do processo evolutivo da sociedade. Se pararmos para pensar, há 500 anos atrás, se não menos, as pessoas com deficiência ainda eram assassinadas, porque não serviam de nada para a sociedade. Não que eu queira justificar a falta de acessibilidade e de promoção de igualdade de condições, porém percebo compreensível, ainda, a ausência dessa promoção. São poucas as pessoas com deficiência que estão nas ruas e, especialmente, no mercado de trabalho. Quiçá com Ensino Superior concluído, pós-graduação e funcionário público, então, tais pessoas ainda necessitam “brigar”, e muito, por seu local, por ter vez e voz, por ter credibilidade perante os demais profissionais, sem ter a deficiência como principal evidência da sua personalidade e do seu profissionalismo. É claro que isto não exime o poder público das suas competências e nem justifica nenhuma falta de discriminação ou negligência frente uma pessoa com deficiência, mas justifica que a inclusão e a aceitação das diferenças ainda não está intrinsicamente internalizado na personalidade humana. Ainda não faz parte integral do ser humano, ainda é algo que precisa ser regulamentada e cobrada. Todavia, quando a promoção de acessibilidade e igualdade de condições para todas as pessoas se tornar algo naturalizado, não precisaremos mais falar em inclusão, porque não haverá um grupo menor (excluído) que deverá permanecer ao grupo maior (ditos normais).

M: Quais as estratégias que você utilizou para chegar onde está (profissional)?

H: As estratégias profissionais que utilizei para chegar onde estou são as mesmas que uma pessoa justa e digna utiliza, os estudos e a qualificação. Sempre me dediquei muito aos estudos

e busco constantemente me aperfeiçoar através de cursos de formação continuada. Então, acredito que ao ter um bom desempenho, destaco-me e as oportunidades surgem naturalmente. Esta é uma das leis do universo, recebes o que dás.

M: Você percebe essas barreiras como problemas relacionados à deficiência ou a uma questão de gênero?

H: Na área profissional que atuo, acredito que tais questões estão sim mais relacionadas à deficiência, visto que, na educação, a grande maioria dos profissionais são mulheres.

M: Como você se percebe, enquanto pessoa?

H: Me percebo como uma pessoa produtiva, dedicada e muito capaz. Claro que, por vezes, as barreiras e as dificuldades, especialmente as de caráter social, me atingem, porém sou muito determinada e não me deixo esmorecer por uma “ignorância” do grupo/sociedade em que estou inserida. Busco sempre mais, encontrar novos desafios, tanto na atuação profissional quanto nas áreas de estudo.

M: Fale um pouco sobre tuas vitórias; alguma delas está relacionada ao Conselho Municipal das pessoas com deficiência?

H: A primeira vitória de todas, no campo social e de militância, foi a própria articulação e conquista de implantação do COMPED. Após, só tivemos ganhos e ampliação das discussões relacionadas a efetivação dos direitos das pessoas com deficiência em nosso município. Infelizmente, por questões legais, não posso participar enquanto conselheira, mas busco sempre acompanhar as matérias discutidas nas plenárias. E, também, por vezes contribuo, enviando alguma solicitação ou denúncia. A conquista mais recente, e que me deixou particularmente muito feliz, foi a implementação oficial da áudio-descrição nas seções ordinárias da Câmara de Vereadores, tornando essa ação pública e social acessível a todos os cidadãos, visto que já se disponibiliza a interpretação em Libras. E, desejo que venham muitas e muitas mais conquistas por aí, e que eu possa fazer parte delas.